

## ***Economia Baiana: Configuração Estrutural e Desempenho Recente***

**Luiz Ricardo Mattos Teixeira  
Cavalcante**

- \* *Doutorando em Administração (Universidade Federal da Bahia – UFBA)*
- \* *Engenheiro Químico (UFBA).*
- \* *Mestre em Administração (UFBA)*
- \* *Pós-Graduado em Engenharia Química e Processos Petroquímicos (Sogesta S.p.A. – Itália)*
- \* *Professor de Administração Financeira, Análise de Crédito e Finanças Internacionais em cursos de Mestrado e Pós-Graduação.*
- \* *Técnico da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia).*

### ***Resumo***

---

Após o esgotamento do modelo de industrialização empregado entre as décadas de 1950 e 1980, a Bahia adotou, na década de 1990, uma estratégia de desenvolvimento econômico que procurou privilegiar setores voltados para a produção de bens finais e a integração de cadeias produtivas no Estado. Este trabalho procura identificar os elementos que constituíram a base da configuração estrutural da economia baiana e discutir o seu desempenho ao longo da década de 1990. Argumenta-se que a configuração estrutural herdada do período entre 1950 e 1980, os movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica observados no país ao longo da década de 1990 e a atração de investimentos baseada numa política de incentivos fiscais são os elementos fundamentais para a compreensão do desempenho recente da economia do Estado.

### ***Palavras-chave:***

---

Crescimento Econômico – Bahia; Incentivos Fiscais – Bahia; Atração de Investimentos – Bahia.

## 1 – INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1950 e 1980, fixou-se na Bahia uma estrutura industrial concentrada na produção de *commodities* intermediárias, que caracterizou uma estratégia de industrialização complementar à Região Sudeste do país, uma vez que o Estado colocava-se essencialmente como um fornecedor de matérias-primas para a indústria de transformação predominantemente situada naquela região. Embora a opção assumida pelo Estado tenha-lhe garantido um desempenho superior àquele apresentado pelo conjunto da região Nordeste ao longo do período considerado, a estratégia de desenvolvimento adotada, que resultou numa economia concentrada do ponto de vista setorial, empresarial e espacial, começou a dar sinais de esgotamento, tão logo se maturaram os investimentos do Pólo Petroquímico de Camaçari, em meados da década de 1980. Na verdade, a Bahia parece ter sofrido mais intensamente os efeitos do colapso do modelo de desenvolvimento autárquico e o conseqüente dismantelamento das políticas de desenvolvimento regional, que se observaram no Brasil ao longo desta década. No contexto de abertura comercial e desregulamentação econômica, que caracterizou o início da década de 1990 no Brasil, a estratégia de complementaridade com a economia da região Sudeste do país intensificou os sinais de esgotamento já evidenciados desde meados da década de 1980.

A partir deste momento, começa a disseminar-se um discurso segundo o qual a Bahia precisaria adotar uma estratégia de desenvolvimento econômico que privilegiasse setores voltados para a produção de bens finais, buscando assim maiores níveis de integração intersetorial nas cadeias de produção instaladas no Estado e enfatizasse ainda a necessidade de desconcentração espacial da atividade econômica. Em face da crise das instituições federais de suporte ao desenvolvimento regional – especialmente da Sudene –, os instrumentos empregados na prática para a implantação das estratégias fixadas parecem ter estado em grande medida associados à concessão de benefícios de natureza fiscal e, em menor escala, a incentivos financeiros e provisão de infra-estrutura. Este não parece

ter sido um movimento exclusivo da Bahia, uma vez que se estabeleceu no Brasil uma competição entre os Estados para a atração de investimentos ao longo da década de 1990. A implantação na Bahia da primeira montadora de automóveis da região Nordeste é, sem dúvida, o principal efeito das políticas agressivas de atração de investimento adotadas pelo Estado ao longo do período. A implantação deste e de um conjunto de outros investimentos seguramente trará repercussões importantes ainda não plenamente determinadas sobre o desempenho futuro da economia do Estado.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma breve sistematização da evolução da economia baiana entre 1950 e 1980, buscando identificar como se constituiu a base da estrutura industrial do Estado e, em seguida, discutir o seu desempenho recente. O trabalho propõe-se ainda a apresentar, em caráter exploratório, algumas perspectivas para a economia baiana, tendo em vista as transformações ocorridas ao longo da década de 1990. Além de apoiado em uma extensa bibliografia produzida sobre o tema, o trabalho emprega alguns dados produzidos mais recentemente sobre a participação dos Estados brasileiros no Produto Interno Bruto (PIB) do país sistematizados pelo Professor Carlos Roberto Azzoni (USP), bem como dados sobre a distribuição espacial da atividade econômica na Bahia sistematizados por Edgard Porto (Secretaria do Planejamento) e dados sobre a estrutura da indústria no estado entre 1985 e 2001 produzidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e cedidos por Gustavo Casseb Pessoti.

O trabalho está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. Na seção 2, alguns fundamentos teóricos básicos do desenvolvimento econômico de espaços subnacionais são discutidos. Na terceira seção, descrevem-se as bases da configuração atual da economia baiana a partir dos movimentos observados entre as décadas de 1950 e 1980. Na seção 4, o desempenho da economia baiana ao longo da década de 1990 é analisado e, por fim, algumas conclusões e perspectivas são apresentadas na quinta seção.

## 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Embora desde a publicação de “Princípios de Economia” de Marshall (1982) a idéia de que a aglomeração de produtores numa localização determinada poderia trazer vantagens, é sem dúvida durante a década de 1950 que os conceitos de “pólos de crescimento” (PERROUX, 1977), “causação circular e acumulativa” (MYRDAL, 1960) e “efeitos para trás e para frente” (HIRSCHMAN, 1961) passam a subsidiar a formulação de políticas regionais de desenvolvimento. Essencialmente, buscava-se estimular algum tipo de mecanismo dinâmico de auto-reforço resultante de externalidades decorrentes da aglomeração industrial, inclusive por meio da ação deliberada do Estado. Este é, por exemplo, o ponto de vista de Perroux (1977), que argumenta que o aumento das vendas das indústrias motrizes (e, portanto, o estabelecimento dos pólos de crescimento) pode, inclusive, resultar de “um estímulo do Estado sob forma de subvenção, por exemplo, no caso de haver hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes”. Cavalcante (2003) destaca que diversos países e regiões implantaram políticas de desenvolvimento regional, que se apoiaram, explícita ou implicitamente, nos conceitos de pólos de crescimento que, já na década de 1970, passaram a ser objeto de críticas severas com base, inclusive, no relato de experiências mal-sucedidas. O fato é que, ao se dissolverem “as condições que haviam permitido a muitos dos estados nacionais dos países em desenvolvimento se engajar no planejamento econômico nacional, com sua variante regional de pólos de crescimento” (STORPER, 1994) como consequência da emergência do padrão de produção microeletrônico (que já naquele momento começava a ameaçar o padrão de produção em massa no qual os ganhos de escala e a verticalização desempenhavam importante papel), as políticas de desenvolvimento regional baseadas nos conceitos propostos por Perroux (1977) começavam a dar sinais de esgotamento. Em outras palavras, embora bem-sucedidos no paradigma de produção fordista, os pólos de crescimento revelaram pouco dinamismo diante do paradigma de produção microeletrônico.

Contemporaneamente, a produção teórica voltada para o crescimento econômico de espaços subnacionais caracteriza-se pela tentativa de levar em consideração os novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível. De uma forma geral, procura-se dar uma grande ênfase à questão das externalidades (inclusive tecnológicas) e ao papel desempenhado pela inovação tecnológica e pelo aprendizado no desenvolvimento regional, além da incorporação de relações não comerciais no âmbito das aglomerações (os chamados “ativos relacionais” e “externalidades *soft*”, conceitos que, embora não sendo idênticos, remetem à mesma questão). Conforme destaca Diniz (2001), é neste contexto que surgem várias escolas de pensamento voltadas para explicar o sucesso das aglomerações industriais ou dos arranjos produtivos locais a partir das mudanças tecnológicas, da organização produtiva, das estruturas produtivas e do processo de flexibilização, especialmente à luz da chamada crise do fordismo. As características mencionadas acima constituem a base da produção teórica que discute os conceitos de “distritos industriais”<sup>1</sup>, “ambientes inovadores”<sup>2</sup> e “clusters”<sup>3</sup> que passam gradativamente a integrar as estratégias de desenvolvimento local ao longo da década de 1990.

## 3 – BASES DA CONFIGURAÇÃO ATUAL DA ECONOMIA BAIANA

O longo período de estagnação econômica da Bahia, que se estende do início do século XIX até a

<sup>1</sup> “Sistemas produtivos locais caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias na produção de um bem homogêneo.” (PYKE; BECATTINI; SENGENBERGER, 1990 apud AMARAL FILHO, 1999).

<sup>2</sup> Operadores coletivos que reduzem “os graus estáticos e dinâmicos de incerteza que enfrentam as firmas locais mediante a organização tácita e explícita de interdependência funcional entre atores locais, realizando informalmente as atividades de pesquisa, transmissão, seleção, decodificação, transformação e controle da informação.” (MAILLAT, 1995 apud BOISIER, 19—).

<sup>3</sup> “Concentração sobre um território geográfico delimitado de empresas interdependentes, ligados entre elas por meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas.” (ROSENFELD, 1996 apud AMARAL FILHO, 1999).

década de 1950, muitas vezes citado como “enigma baiano” (AGUIAR, 1977; ALMEIDA, 1986), “problema econômico baiano” (MARIANI, 1957), “relativa decadência baiana” (MARIANI, 1977) ou “involução industrial da Bahia” (DIAS TAVARES, 1966 apud TEIXEIRA; GUERRA, 2000), foi objeto, nos últimos cinquenta anos, de uma série de análises, onde Almeida (1952); Mariani (1977) e Aguiar (1977) destacavam que a Bahia, que mantinha uma policultura exportadora<sup>4</sup> e dispunha de um porto dinâmico em Salvador no período colonial, perdeu, durante a maior parte do período mencionado, representatividade na economia nacional. Com base nos diagnósticos estabelecidos ainda na década de 1950, a Bahia optou por um modelo de industrialização cuja base estava nos setores intensivos em capital produtores de bens intermediários. Assim, importantes transformações estruturais ocorreram na economia baiana no período entre 1950 e 1980, fundamentando-se, ainda que não explicitamente, no conceito de “pólo de crescimento” originalmente proposto por Perroux (1977). Conforme destacava Almeida (1986), referindo-se ao Pólo Petroquímico de Camaçari, “é preciso que se tenha um sistema de indústrias de base, indústrias de escala nacional, que possam ter custos competitivos e, a partir daí, desenvolver atividades que resultem delas, tanto a montante como a jusante”. Este mesmo autor destaca ainda a necessidade de intervenção do Estado no processo, ao afirmar que “há que corrigir, por intervenção deliberada, esta perversa tendência acumulativa, concentradora e desequilibrante, que termina não sendo vantagem nem mesmo para a região aparentemente beneficiada.” (ALMEIDA, 1970).

É a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), motivada essencialmente pela disponibi-

---

<sup>4</sup> Trata-se aqui, na verdade, de uma seqüência de ciclos agrícolas tradicionais, com destaque para as culturas de açúcar, fumo, fibras e cacau, mais ou menos ordenadas cronologicamente em termos de sua importância relativa na economia do Estado. Evidentemente, a predominância de uma atividade não elimina as demais. Além disso, é válido notar que, já no século XVIII, estabelecia-se na Bahia uma espécie de distribuição regional das atividades agrícolas conforme o seguinte esquema: Recôncavo, para a cana-de-açúcar; Jaguaribe e Camamu, para a farinha de mandioca; Tabuleiros ou Areais, para fumo e mandioca; e Sertão, para o gado.

lidade local de petróleo, que marca o começo do processo de industrialização capital-intensivo voltado para a produção de bens intermediários na Bahia no início da década de 1950. Não há dúvida que a implantação da RLAM trouxe repercussões tanto no que diz respeito à criação da infra-estrutura física para a operação de uma indústria de grande porte nos arredores de Salvador como na criação de demanda para uma indústria mecânica local voltada para o suprimento e manutenção de equipamentos utilizados na atividade de refino de petróleo<sup>5</sup>. Neste sentido, pode-se afirmar que a refinaria recém-implantada no Estado assumiu características típicas de uma indústria motriz conforme o conceito proposto por Perroux (1977). É evidente, entretanto, que as repercussões do projeto estavam limitadas tanto do ponto de vista setorial como geográfico. Assim, para o restante do Estado, o que se observou foram ações voltadas para o incentivo à montagem de complexos agroindustriais, conforme destacam Santos e Oliveira (1988). Em ambos os casos – refino de petróleo e produção de *commodities* agrícolas – pode-se identificar a característica complementar que a economia baiana começava a adquirir em relação à região Sudeste do país. Já num contexto marcado pelos incentivos concedidos através do mecanismo 34/18 da Sudene (associados ao imposto de renda) e pelos créditos fiscais relativos ao então Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM, hoje ICMS) concedidos pelo governo estadual, é implantado na Bahia, na segunda metade da década de 1960, o Centro Industrial de Aratu (CIA). Embora avaliações posteriores tenham afirmado que, pela ausência de uma vocação setorial mais clara (MENEZES, 2001), o CIA não teria logrado obter os resultados inicialmente planejados, é inegável que a iniciativa foi um “elemento-chave, na história recente da economia baiana, para a atração de empreendimentos, também complementando o sistema de estímulos financeiros criado pelo Governo Federal para a região nordestina” (SIMÕES, 1978), tendo chegado a representar, ainda de acordo com Simões (1978) cerca de 20% da es-

---

<sup>5</sup> Como se sabe, mais tarde, com as alterações ocorridas na política de compras da Petrobrás, esta base industrial seria praticamente desmantelada na década de 1990.

estrutura industrial no Estado em 1977. Ainda Simões (1978), entretanto, já destacava a tendência de redução da importância relativa do CIA na economia baiana a partir do final da década de 1970 com a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que consolidou a posição da Bahia como um Estado produtor de bens intermediários. O Pólo Petroquímico configurou também uma espécie de paradigma do modelo de industrialização baseado no tripé constituído pela empresa estatal, pela empresa estrangeira e pela empresa nacional.

Na prática, portanto, a implantação da indústria extrativa de petróleo, ainda na década de 1950, a criação do Centro Industrial de Aratu, na década de 1960, e a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, são iniciativas diretamente associadas ao conceito de aglomeração e que se apoiaram num sistema estadual de planejamento composto:

- Pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE), criada em 1955 com o propósito de elaborar pesquisas econômicas voltadas para a proposição de estratégias de desenvolvimento da Bahia;
- Pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia;
- Pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CONDEB), instância deliberativa das políticas propostas;
- Pelo Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagro), criado em 1956 e transformado, dez anos mais tarde, no Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco); e
- Pelo Instituto de Fomento Econômico da Bahia (IFEB), que, mais tarde, seria transformado no Banco do Estado da Bahia (Baneb).

Além disso, a participação do governo federal no processo de industrialização teve também um componente regional, uma vez que é na década de 1950 que é criado um conjunto de instituições de suporte ao desenvolvimento da região Nordeste (criação do Banco do Nordeste do Brasil e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e é implantada a infra-estrutura básica de suporte

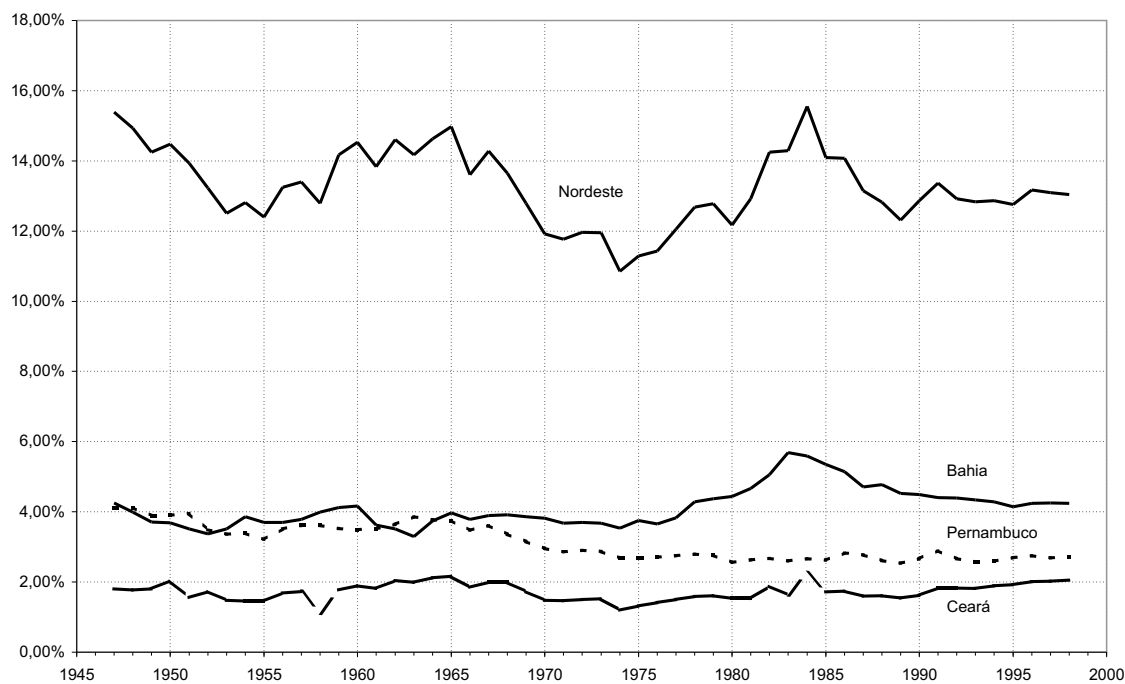
ao processo de industrialização (Companhia Hidroelétrica do Nordeste e asfaltamento integral da rodovia Rio-Bahia).

A estrutura que resultou deste processo caracterizava-se pela sua concentração em *commodities* intermediárias, que havia resultado de uma estratégia de industrialização que se propunha complementar àquela das regiões mais desenvolvidas do país, num contexto de integração produtiva em uma economia fechada, distinta, portanto, da opção dos demais Estados da região Nordeste, que optaram por uma estrutura que, em certa medida, replicasse a estrutura observada na região Sudeste do país ao buscar uma industrialização intensiva em mão-de-obra. (ALBUQUERQUE, 1997). Apoiada na crescente integração dos mercados do país em virtude da implantação de uma malha rodoviária que terminou articulando as regiões Nordeste e Sul-sudeste, tratava-se, a bem da verdade, de uma estratégia de “especialização regional”. (GUERRA; GONZALEZ, 1996).

Explicitamente colocada já em 1970, quando Almeida (1970) destacava que “a industrialização da Bahia se fará predominantemente com destino às exportações interestaduais e, em certos casos, para fora do país”.

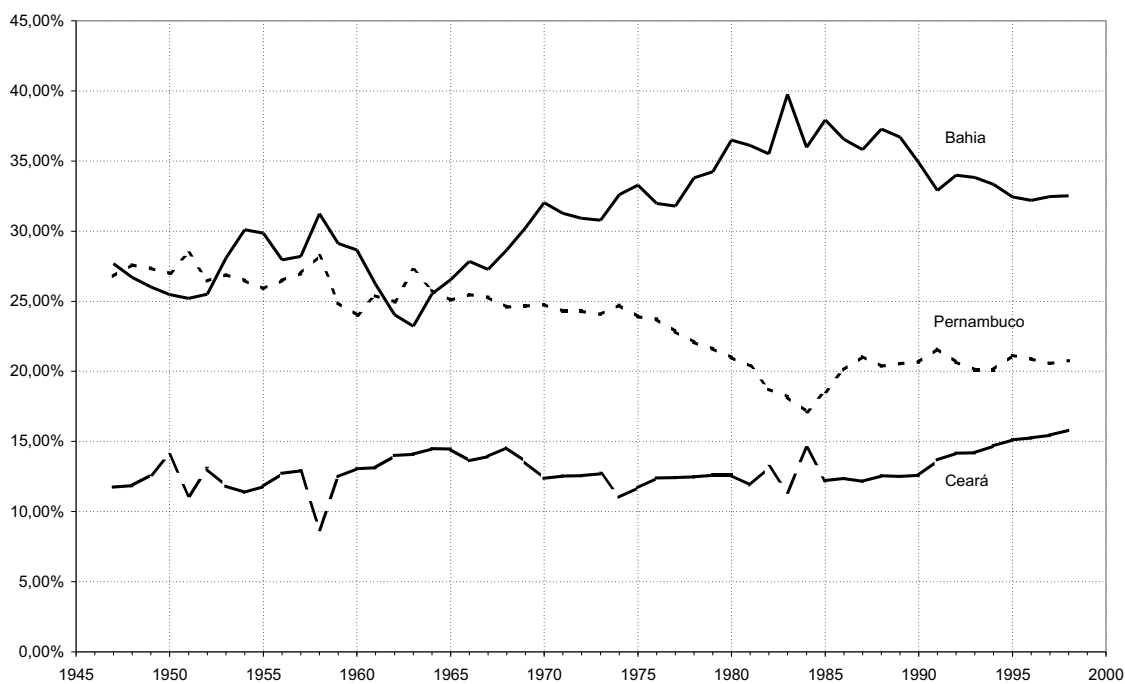
Ao se examinarem suas repercussões sobre as taxas de crescimento locais confrontadas com as taxas nacionais (o que na prática significa acompanhar a evolução da participação do PIB da Bahia no PIB do Brasil) e regionais (evolução do PIB da Bahia no PIB da Região Nordeste), é indiscutível que as iniciativas mencionadas – especialmente a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari<sup>6</sup> – lograram obter resultados bastante positivos, seja através da elevação da participação do PIB da Bahia no PIB do Nordeste e do Brasil, consolidando sua posição de sexta economia do país, seja atuando contracíclicamente nos momentos em que a região Nordeste via reduzir-se sua participação no PIB nacional, conforme evidenciam os GRÁFICOS 1 e 2 a seguir:

<sup>6</sup> No início da década de 1990, estima-se que as empresas em implantação e operação na área do Pólo Petroquímico de Camaçari representavam investimentos da ordem de US\$ 8 bilhões (GUERRA; GONZALEZ, 1996).



**Gráfico 1 – Participação do Nordeste, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará no PIB do Brasil**

**Fonte:** Elaboração própria, usando dados do IBGE (1985-1999) e dados gentilmente cedidos pelo Professor Carlos Roberto Azzoni para o período 1947-1984.



**Gráfico 2 – Participação da Bahia, de Pernambuco e do Ceará no PIB do Nordeste**

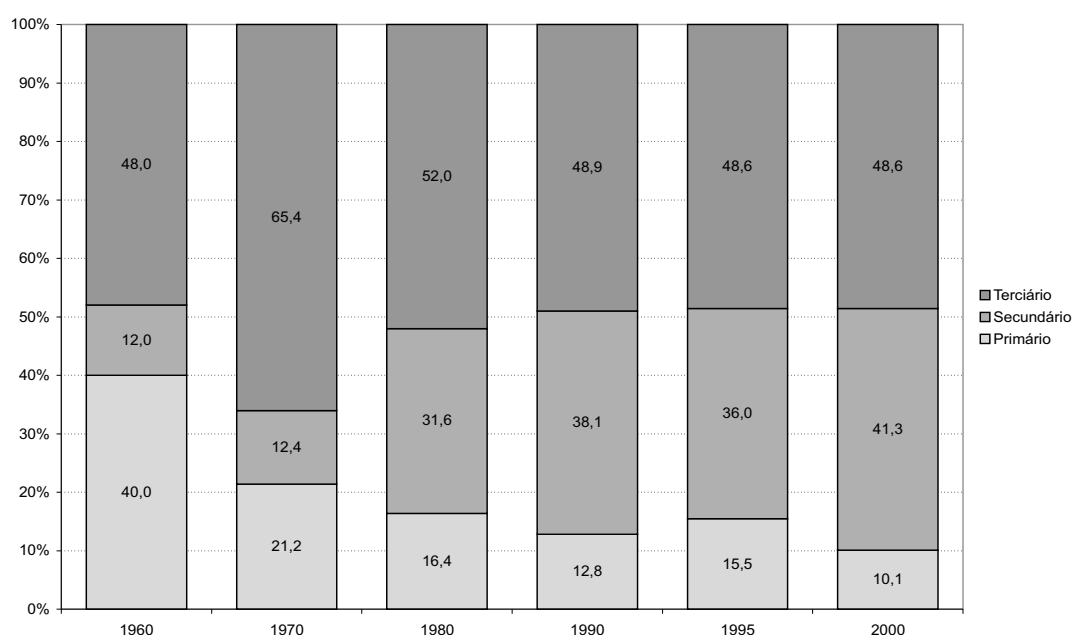
**Fonte:** Elaboração própria, usando dados do IBGE (1985-1999) e dados gentilmente cedidos pelo Professor Carlos Roberto Azzoni para o período 1947-1984.

Os GRÁFICOS 1 e 2 confirmam a hipótese de que, num contexto marcado pela crescente integração dos mercados nacionais através de uma malha rodoviária razoavelmente articulada, a estratégia de industrialização complementar à região Sudeste, adotada pela Bahia, foi bem-sucedida quando comparada ao desempenho apresentado por Pernambuco, cuja estratégia parece ter-se voltado para replicar a estrutura observada nas regiões mais desenvolvidas do país. Ainda assim, os efeitos da integração do mercado brasileiro através de um sistema rodoviário razoavelmente articulado não podem ser considerados homogêneos para o conjunto das iniciativas de industrialização adotadas na Bahia ao longo da segunda metade do século XX: se por um lado colocou o Pólo de Camaçari na condição de fornecedor de insumos para a indústria instalada na região Sudeste, por outro colocou em xeque o Centro Industrial de Aratu, mais dirigido para a produção de bens finais<sup>7</sup>.

Os GRÁFICOS 1 e 2 evidenciam ainda que, como um desdobramento natural de sua industrialização baseada em pólos de crescimento, o desenvolvi-

mento econômico da Bahia deu-se em “espasmos” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000), “saltos” (MENEZES, 2000) ou “ciclos” (UDERMAN, 1996; UDERMAN; MENEZES, 1998a, 1998b) e terminou por configurar, já em 1980, uma estrutura produtiva que pouco se alteraria nos anos subsequentes (MENEZES, 2001), conforme evidenciado no GRÁFICO 3 a seguir:

Entretanto, a estratégia de desenvolvimento adotada no Estado começa a dar sinais de esgotamento tão logo se maturam os investimentos do Pólo Petroquímico de Camaçari em meados da década de 1980. A queda na participação relativa do Estado no PIB do Brasil a partir de 1984 (GRÁFICO 1) e no PIB da região Nordeste a partir de 1983 (GRÁFICO 2) permite concluir que a Bahia sofreu mais intensamente os efeitos do colapso do modelo de desenvolvimento autárquico e o conseqüente desmantelamento das políticas de desenvolvimento regional, que se observaram ao longo da década de 1980 com a aguda crise fiscal vivida pelo Brasil, que terminaria motivando uma redução significativa dos investimentos públicos diretos do Estado a partir daquele momento<sup>8</sup>.



**Gráfico 3 – composição setorial do PIB da Bahia 1960 – 2000**

**Fonte:** Dados do SEI citados na obra de Menezes (2001).

<sup>7</sup> Embora o CIA seja freqüentemente associado à produção de bens finais, não se deve perder de vista que o Centro abrigou também indústrias produtoras de bens intermediários, especialmente no setor metal-mecânico.

<sup>8</sup> Araújo (1999), por exemplo, refere-se ao enfraquecimento do aparato de suporte institucional ao desenvolvimento regional como o elemento que motivou a manutenção dos níveis de desigualdade regional no Brasil.

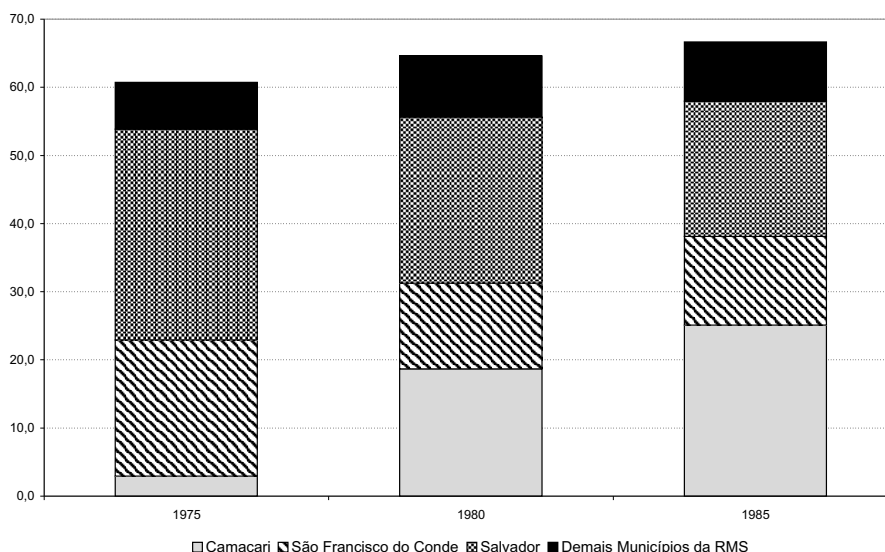
## 4 – A ECONOMIA BAIANA NA DÉCADA DE 1990

### 4.1 – Características Estruturais

Conforme evidenciado na seção anterior, os movimentos observados entre as décadas de 1950 e 1980 converteram a Bahia em um Estado produtor de bens intermediários e consolidaram sua posição como sexta economia do país, tendo contribuído ainda para a criação de uma razoável infra-estrutura de serviços no entorno da capital do Estado. A natureza dos principais investimentos que ocorreram no período, entretanto, engendraram uma economia concentrada seja do ponto de vista setorial seja do ponto de vista empresarial, seja ainda do ponto de vista espacial, caracterizando um fenômeno que Menezes (2002, p. 50) chamou de “tríplice espacial”<sup>9</sup>.

Com relação à concentração setorial, convém notar que, desde 1985, quando os investimentos do Pólo Petroquímico de Camaçari atingem sua maturidade, o setor químico responde por cerca da me-

tade da estrutura da indústria de transformação no Estado. A metalurgia, que em 1985, respondia por cerca de 10% do valor agregado da transformação industrial, passa a deter uma participação em torno de 15% ainda antes do início da década de 1990. A economia baiana caracterizava-se ainda pela sua elevada concentração empresarial, resultante da intensidade em capital dos investimentos realizados ao longo do período entre 1950 e 1980. Do ponto de vista espacial, observa-se também uma elevada concentração na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Com efeito, de acordo com dados estimados por Porto (2002), já em 1975, mais de 60% da atividade econômica da Bahia concentravam-se nesta região. Dados estimados por este mesmo autor mostram ainda o aumento da participação relativa da RMS na economia baiana no período que se estende até 1985, o que pode, sem dúvida, ser atribuído ao extraordinário crescimento observado no município de Camaçari após o início das operações do Pólo Petroquímico ali situado, conforme evidenciado no GRÁFICO 4.



**Gráfico 4 – Participação relativa da RMS na economia baiana, 1975 - 1985**

Fonte: Elaboração própria, usando dados gentilmente cedidos por Edgard Porto.

<sup>9</sup> Menezes (2002) refere-se ainda à concentração empresarial, que o leva a caracterizar um fenômeno que chama de “tríplice concentração”. Lima; Nascimento e Cavalcante (2003), entretanto, ao compararem uma amostra de 11 Estados brasileiros, contestam a hipótese de que a economia baiana apresentaria níveis de concentração empresarial especialmente altos em relação aos demais Estados brasileiros e sugerem que o problema estaria no grau de articulação das grandes empresas com a economia local.



## 4.2 – Desempenho Setorial

É com esta configuração estrutural e num contexto de reduzida capacidade de coordenação do governo federal, percebido já desde a década anterior, que a Bahia irá deparar-se com os movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica que caracterizam o início da década de 1990 no Brasil. Neste ambiente, não surpreende que a estratégia de complementaridade com a economia da região Sudeste do país intensificasse seus sinais de esgotamento já evidenciados desde meados da década de 1980, uma vez que a produção local de *commodities* passava a estar exposta à competição internacional sem a proteção das elevadas alíquotas de importação que marcara, de uma forma geral, o período entre 1950 e 1980.

No caso específico do setor petroquímico, que, conforme foi visto, respondia por cerca da metade do valor agregado bruto da produção industrial do Estado, as alíquotas modais de importação de diversos produtos caíram de níveis entre 40% e 50% no final da década de 1980 para 2% em 1994, voltando a uma alíquota média de 14% no início do ano seguinte. Esta exposição súbita à concorrência internacional expôs as fragilidades da base industrial implantada no Estado, que, além das condições sistêmicas desfavoráveis (especialmente aquelas associadas às elevadas taxas de juros e ao sistema tributário), padecia de sua reduzida escala empresarial e de produção em relação aos padrões internacionais (CAVALCANTE, 1998). Desta forma, o processo de reestruturação pelo qual passou a indústria petroquímica no país, caracterizado essencialmente como uma reação defensiva baseada na redução de custos e eliminação de postos de trabalho, chamou a atenção dos formuladores locais de políticas para o caráter capital-intensivo da indústria na Bahia e sua carência de indústrias de transformação de bens finais mais intensivas em mão-de-obra e menos vulneráveis às oscilações típicas das *commodities* petroquímicas no mercado internacional. O processo de reestruturação da indústria petroquímica, embora tenha ocasionado uma significativa redução de postos de trabalho no setor, não chegou, entretanto, a comprometer sua participação relativa na estrutura da indústria de transformação no Estado. O mesmo se pode afirmar em relação à metalurgia. Estes dois setores representaram mais de 60% da estrutura da indústria de transformação na Bahia ao longo da década e, em 1999, já representavam mais de 70%, conforme evidenciado na TABELA 1 a seguir:

Os movimentos observados no segmento têxtil refletem aqueles verificados em nível nacional, uma vez que o setor sentiu com mais intensidade os efeitos da abertura comercial e diversas unidades industriais não resistiram aos menores preços dos produtos provenientes sobretudo da Ásia e terminaram fechando as portas. Estes movimentos estão seguramente por trás da substancial redução da participação do setor na estrutura da indústria de transformação no Estado. Com efeito, o setor têxtil, que, em 1989, chegou a representar mais de 5% do valor agregado bruto da transformação industrial na Bahia, representava, em 2001, pouco mais de 0,5%. Já o setor de papel e papelão seguiu uma tendência inversa como resultado da implantação no Estado da produção de celulose, que se beneficiou da dotação natural de fatores observada na região sul da Bahia.

Durante a década de 1990, consolida-se, na região oeste do Estado, a produção de grãos – especialmente a sojicultura – que havia sido iniciada na década anterior. Assim, o crescimento exponencial da produção de grãos na região de Barreiras elevou sua participação no valor bruto da produção do setor primário do Estado de 1,1% em 1985 para cerca de 11% em 1996. (PEDREIRA; FAGUNDES; ANDRADE, 2002). Além da sojicultura, a região oeste do Estado conta hoje com uma produção primária dinâmica e relativamente diversificada, destacando-se as culturas de milho, algodão e café em unidades de elevado nível tecnológico e que contam com gestão profissionalizada. Estas culturas, entretanto, parecem apresentar ainda excessiva vulnerabilidade às crises de superoferta no mercado mundial e às oscilações de preços das *commodities* agrícolas. Além disso, embora algumas iniciativas já possam ser observadas, a integração vertical com a produção de carne nos segmentos bovino e avícola ainda está longe de se consolidar. O setor parece sofrer ainda com a precária infraestrutura de transporte de que dispõe para o escoamento da produção. Também a região do Baixo Médio São Francisco experimentou um crescimento significativo durante a década de 1990 por meio da produção agrícola irrigada. Contando com uma boa infra-estrutura de beneficiamento e serviços (PEDREIRA; FAGUNDES; ANDRADE, 2002) e um bom suporte institucional (Codevasf e Valeexport, por exemplo), a região consolidou-se como um pólo exportador de uva e manga.

**Tabela 1 – Estrutura da indústria de transformação na Bahia, 1985-2001**

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Química	54,19%	50,05%	53,19%	48,02%	45,10%	45,95%	47,95%	52,01%	54,93%
Metalurgia	10,11%	10,78%	12,47%	14,69%	17,07%	14,33%	14,04%	15,03%	12,91%
Produtos alimentares	13,11%	14,49%	11,40%	12,16%	11,41%	14,78%	15,31%	11,39%	10,20%
Papel e papelão	0,72%	0,77%	0,82%	1,20%	1,17%	0,83%	0,94%	1,90%	3,10%
Bebidas	0,83%	1,03%	1,31%	0,98%	1,42%	2,30%	2,94%	2,87%	3,31%
Transf. prod. Minerais não-metálicos	3,10%	4,34%	4,16%	4,30%	4,73%	4,46%	3,44%	3,07%	2,53%
Têxtil	3,99%	4,21%	2,63%	4,04%	5,25%	3,28%	2,44%	1,19%	0,95%
Mat. elet. e de comunicação	2,29%	2,94%	2,53%	3,13%	2,82%	2,94%	1,77%	1,34%	0,85%
Borracha	0,46%	0,45%	0,52%	0,61%	0,28%	0,39%	0,40%	0,54%	0,54%
Perfumaria, sabões e velas	0,61%	0,49%	0,56%	0,50%	0,46%	0,38%	0,40%	0,22%	0,18%
Outros	10,60%	10,45%	10,42%	10,37%	10,28%	10,36%	10,37%	10,44%	10,50%

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Química	51,00%	47,30%	46,17%	49,40%	51,82%	56,64%	57,06%	59,48%
Metalurgia	14,49%	15,33%	17,37%	16,75%	17,23%	16,84%	16,82%	15,95%
Produtos alimentares	10,48%	10,17%	10,40%	9,10%	8,27%	6,88%	6,05%	5,25%
Papel e papelão	3,62%	5,14%	4,30%	3,92%	2,75%	3,11%	3,45%	3,71%
Bebidas	4,80%	6,50%	6,61%	6,02%	5,29%	3,01%	2,67%	2,30%
Transf. prod. Minerais não-metálicos	2,50%	2,57%	2,57%	2,52%	2,98%	2,14%	2,02%	1,62%
Têxtil	1,20%	1,29%	0,95%	0,81%	0,37%	0,30%	0,55%	0,52%
Mat. elet. e de comunicação	0,66%	0,56%	0,59%	0,40%	0,29%	0,30%	0,61%	0,44%
Borracha	0,63%	0,64%	0,66%	0,64%	0,57%	0,26%	0,34%	0,27%
Perfumaria, sabões e velas	0,26%	0,26%	0,19%	0,16%	0,13%	0,11%	0,12%	0,10%
Outros	10,36%	10,25%	10,19%	10,28%	10,29%	10,40%	10,31%	10,35%

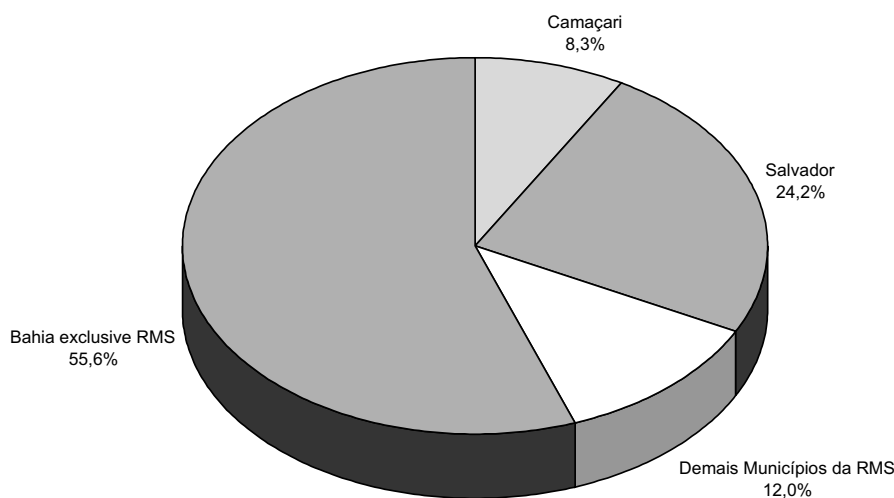
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados gentilmente cedidos por Gustavo Casseb Pessoti (SEI).

### 4.3 – Distribuição Espacial

Embora os movimentos observados na região Oeste e no Baixo Médio São Francisco e, em menor escala, as ações recentes de atração de investimentos industriais para o interior do Estado (especialmente nos setores de calçados e informática) claramente contribuam para a desconcentração da atividade econômica na Bahia, seus impactos sobre os indicadores estatísticos de distribuição espacial da atividade econômica são ainda reduzidos. De fato, de acordo com os dados estimados por Porto (2002), na década de 1990, a participação relativa da RMS na economia baiana manteve-se ainda em níveis bastante elevados (próximos a 50%), embora os dados relativos a este período não possam ser confrontados com aqueles relativos aos anos de 1975, 1980 e 1985 (apresentados na Seção 3 deste trabalho) por terem sido obtidos segundo uma metodologia distinta<sup>10</sup>. Em 2000, 44,4% da atividade econômica do Estado concentravam-se ainda na RMS, e apenas Salvador e Camaçari representavam cerca de um terço da economia local, conforme mostrado no GRÁFICO 5.

### 4.4 – As Estratégias de Desenvolvimento

Diante do quadro de concentração setorial e espacial e de excessiva exposição às oscilações típicas dos preços das *commodities* intermediárias apresentados pela economia baiana, delinea-se, em meados da década de 1990, o diagnóstico quanto à necessidade de integração vertical de cadeias de produção no Estado, especialmente através do estímulo à produção de bens finais. Embora esta estratégia já estivesse mencionada em trabalhos de Rômulo Almeida, publicados ainda na década de 1970 (ALMEIDA, 1970) e, em 1991, documentos publicados pelo então Centro de Projetos e Estudos (1991 apud TEIXEIRA; GUERRA, 2000) já fizessem alusão direta a esta necessidade, é apenas em meados da década que a integração de cadeias produtivas incorpora-se definitivamente às estratégias locais de desenvolvimento econômico, ao menos do ponto de vista retórico. Assim, tanto o “Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia”<sup>11</sup> como o “Plano Plurianual 2000-2003: Bahia de Todos os Tempos” (PPA)<sup>12</sup> fazem referências explícitas à ne-



**Gráfico 5 – Participação relativa da RMS na economia baiana, 2000**

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados estimados por Porto (2002).

<sup>10</sup> Detalhes sobre os métodos empregados em cada período podem ser encontrados em Porto (2002).

<sup>11</sup> FIEB (1998). Este documento é o resultado de uma parceria entre a então Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

<sup>12</sup> Bahia (1999). Este trabalho constitui o documento oficial de planejamento do Estado.

cessidade de maior integração de cadeias de produção no Estado. Ainda assim, o PPA permanece bastante vago quanto aos setores prioritários para o desenvolvimento econômico local, uma vez que, ao citá-los, praticamente apresenta uma listagem de todos aqueles que teriam alguma possibilidade de instalarem-se no Estado., conforme se vê nas áreas prioritárias para atração de investimentos privados apontadas (BAHIA, 1999).

Também a necessidade de promover a desconcentração espacial da economia baiana passa a incorporar as estratégias de desenvolvimento local. A desconcentração proposta estaria apoiada, entretanto, no desenvolvimento integrado das diversas regiões do Estado; daí, a sua subdivisão em eixos de desenvolvimento cujos critérios de definição estão associados aos corredores de escoamento disponíveis, conforme mostrado na TABELA 2 a seguir:

**Tabela 2 – Eixos de desenvolvimento – características e corredores de escoamento**

<b>Eixo de Desenvolvimento</b>	<b>População (% do Estado)</b>	<b>Renda (% do Estado)</b>	<b>Principais Atividades Econômicas</b>	<b>Principais Corredores de Escoamento da Produção</b>
São Francisco	12%	6%	Produção de frutas e grãos, principalmente soja, milho e feijão.	BR-242 e BR-349.
Chapada	13%	2,6%	Turismo, cafeicultura e horticultura irrigada (em menor escala a cunicultura, a apicultura, a floricultura, a fruticultura irrigada, agropecuária, extração de ouro e pedras semipreciosas).	BR-242 e BA-052.
Extremo Sul	5%	4%	Papel e celulose, agropecuária e policultura (mamão, café, coco, abacaxi, melancia e mandioca).	BR-101
Mata Atlântica	9,5%	7%	Cacau e pecuária bovina. Outras atividades agrícolas (cravo-da-índia, guaraná etc), turismo, o Pólo de Informática de Ilhéus, indústrias de vestuário, tecidos, calçados e derivados do cacau, além do ecoturismo.	BR-101 e Porto de Malhado (Ilhéus).
Metropolitano	21,5%	63,0%	Indústria química, metalúrgica, siderúrgica, de plásticos, bebidas, fertilizantes. Prevista a implantação de unidade industrial da Ford. Turismo e indústria cultural.	BR-324 e Portos de Aratu e Salvador.
Grande Recôncavo	16,6%	9,8%	Setor agrícola: laranja e fumo; indústrias de calçados e bebidas estão sendo atraídas para alguns de seus municípios.	Entroncamento Rodoviário do Nordeste (BA-052, BR-242, BR-116 e BR-324), além dos Portos de Aratu e Salvador.
Planalto	13,4%	5%	Cafeicultura, pecuária, cacau e algodão. implantação recente da indústria de calçados nos municípios de Itapetinga e Jequié.	BR-116.
Nordeste	9%	2,6%	Pecuária bovina e caprina. Produção de grãos (feijão, milho, arroz, amendoim e algodão).	BR-101 e BR-242.

**Fonte:** Bahia (1999)

Mais recentemente, a publicação intitulada “Bahia Século XXI” enfatiza mais uma vez esta necessidade, procurando, entretanto, estabelecer ações mais detalhadas para a intervenção em nível regional. Nesta publicação, Porto (2002) volta a defender uma política voltada para aquilo que chamou de “rede principal de cidades” e Uderman (2002) explicita o papel da atividade de planejamento na promoção do desenvolvimento econômico do Estado, propondo uma metodologia de ação que atue matricialmente nas dimensões espacial (segmentando o Estado em RMS, rede principal de cidades e espaços de limitado dinamismo) e industrial. Nesta mesma publicação, Teixeira e Guerra (2002) propõem ações específicas para a RMS, buscando enfatizar as ações de caráter mais sistêmico (estabelecimento de parcerias público-privadas, financiamento do investimento, desenvolvimento tecnológico, infra-estrutura etc.) e ações voltadas para as cadeias química e petroquímica, metal-mecânica e eletroeletrônica e serviços industriais. Por sua vez, Pedreira; Fagundes e Andrade (2002) estabelecem proposições para as cadeias agroindustriais no Estado.

#### **4.5 – Incentivos Fiscais e Atração de Investimentos**

A crise das instituições federais de suporte ao desenvolvimento regional, ao longo das décadas de 1980 e 1990, terminou criando um ambiente de competição entre os Estados pela atração de investimentos através da concessão de vantagens, especialmente de caráter tributário, muitas vezes referido como Guerra Fiscal<sup>13</sup>. Na Bahia, diante das limitações de utilização de capitais locais (GUERRA; GONZALEZ, 2001), o principal instrumento utilizado para atração de investimentos ao longo da década de 1990 foi o Probahia, que, na prática, permitia o financiamento de uma parcela do ICMS em condições de amortização favoráveis. Além do Probahia, empregou-se também, para alguns seto-

res específicos (transformação plástica e beneficiamento de cobre, por exemplo), um mecanismo de incentivos fiscais baseado no crédito presumido.

Desta forma, os incentivos fiscais tornaram-se o principal instrumento à disposição do governo do Estado para a implementação da sua política de desenvolvimento econômico ao longo da década de 1990. Os efeitos da política de incentivos adotada, entretanto, parecem ter estado associados muito mais ao aparecimento de oportunidades específicas do que propriamente a um processo estruturado de seleção de projetos de investimentos que atendessem os requisitos estabelecidos pelo planejamento local. Ainda assim, as ações voltadas para a atração de indústrias de calçados, o Pólo de Informática de Ilhéus e, principalmente, o Projeto Amazon Ford, seja em virtude das mudanças na estratégia da montadora em relação ao Mercosul e ao Brasil seja como resultado de desentendimentos entre a empresa e o governo do Rio Grande do Sul, terminaram enquadrando-se na estratégia proposta de produção de bens finais com potencial de integração a montante com a indústria de bens intermediários já instalada no Estado. Por outro lado, os incentivos adotados não deixaram de reforçar a produção de intermediários especialmente no que diz respeito aos investimentos que ocorreram no setor petroquímico e no setor de papel e celulose.

No final da década, entretanto, com a implantação do novo marco de regulação – cuja principal referência é sem dúvida a Lei de Responsabilidade Fiscal – percebia-se que os incentivos fiscais deveriam passar a atender três condições essenciais:

- Atratividade, uma vez que os incentivos devem ser capazes de oferecer ao empresário uma compensação pelo deslocamento do capital dos centros nos quais se podem obter maiores níveis de produtividade em virtude das economias de aglomeração e da disponibilidade de infra-estrutura;
- Sustentabilidade jurídica, tendo em vista que os incentivos não podem ferir os dispositivos legais que regulamentam a questão tributária em nível federal;

<sup>13</sup> Embora dispondo de reduzida capacidade de oferecer incentivos fiscais e financeiros, também os municípios estabeleceram, entre si, uma competição pela atração de investimentos.

- Viabilidade econômica, tendo em vista o não-comprometimento do equilíbrio orçamentário dos Estados.

É com base nestas condições que o governo do Estado passa a adotar um novo modelo de incentivos fiscais baseado na dilação de prazos de pagamento do ICMS. Além de procurar um instrumento de incentivo que atendesse as condições essenciais mencionadas acima, o governo do Estado dá sinais de que o processo de atração de investimentos tenderia a adquirir um caráter mais seletivo.

## 5 – CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O desempenho da economia baiana ao longo da década de 1990 parece ter sido condicionado por três fatores principais:

- Sua configuração estrutural no início da década, que reflete os esforços de industrialização ocorridos entre 1950 e 1980 e que determinou uma estratégia de desenvolvimento que deveria apoiar-se na produção de bens finais e na integração do setor produtivo do Estado;
- Os movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica que ocorreram no Brasil ao longo da década de 1990;
- A atração de investimentos baseada numa política de incentivos fiscais empregada pelo governo do Estado diante da ausência de uma política de desenvolvimento regional para o país.

A recente implantação do projeto Amazon Ford em Camaçari poderá ser o marco de referência para mais um período de elevadas taxas de crescimento da economia local, embora as repercussões do projeto – especialmente na sua cadeia de fornecedores de terceiro nível – estejam ainda condicionadas por decisões em nível empresarial e pelo aumento do *market-share* da Ford no mercado brasileiro. Desta forma, embora alguns fornecedores possam instalar-se no Estado a curto prazo, os desdobramentos maiores do projeto podem requerer prazos mais longos para ocorrerem. Apesar disso, os efeitos imediatos de um projeto cuja ordem de grandeza

do investimento pode oscilar entre 5 a 10% do PIB do Estado não devem ser subestimados.

A implantação da indústria automobilística reforça ainda a percepção de que o principal gargalo para a implantação de uma indústria de transformação plástica na Bahia – o mercado consumidor – pode estar sendo resolvido ao menos parcialmente de modo a permitir à indústria local operar em escalas competitivas. Neste sentido, a indústria de transformação plástica parece apresentar perspectivas positivas ao longo dos próximos anos no Estado.

Com relação ao setor de serviços, as ações de caráter horizontal deverão refletir a nova configuração da economia local, com o fortalecimento da rede de serviços industriais. Neste sentido, o estímulo a ações que estejam integradas com os movimentos observados no setor secundário parece ser inexorável. Por outro lado, a demanda por serviços pessoais, especialmente educação e saúde tem ainda nichos pouco explorados no Estado, podendo ser requeridas ações específicas de apoio a estes segmentos desde que comprovado o seu potencial de mercado.

A expansão da produção de grãos no oeste do Estado e da produção de frutas na região de Juazeiro, por sua vez, indica a necessidade de se pensarem ações que permitam maior agregação de valor ao longo da cadeia de produção, de modo a não se criar uma excessiva exposição às oscilações típicas dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Neste sentido, ações voltadas para o beneficiamento local da produção e o estímulo a mecanismos de quase-integração devem ser considerados no estabelecimento de estratégias locais de desenvolvimento.

No que diz respeito às ações horizontais, a questão do desenvolvimento tecnológico e do apoio às micro e pequenas empresas parece requerer ações mais focadas, de modo a permitir o fortalecimento de arranjos produtivos locais, que mantenham níveis mínimos de articulação.

Desta forma, a economia baiana parece apresentar um potencial expressivo de desenvolvimento

de arranjos produtivos razoavelmente integrados. Neste contexto, a adoção de programas de incentivos com caráter cada vez mais seletivo e a concessão de crédito de forma a orientar a alocação privada de capital em setores e cadeias de produção com maior potencial de fixação no Estado reves-tem-se de particular importância.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece os comentários e sugestões de Simone Uderman, Reginaldo Santos e Walter Macêdo e os dados gentilmente cedidos por Prof. Carlos Roberto Azzoni (USP), Edgard Porto (SEPLAN) e Gustavo Casseb Pessoti (SEI). O autor agradece ainda as sugestões enviadas através de parecer anônimo. Os erros e omissões, como de praxe, são de inteira responsabilidade do autor.

## Abstract

After the exhaustion of the industrialization model used between the 1950's and the 1980's, the State of Bahia adopted an economic development strategy in the 1990's that tried to emphasize final goods production and chain integration in the State. The aim of this work is to identify the basic issues that shaped the basis of the structural configuration of the local economy as well as to discuss its performance throughout the 1990's. It is argued that the structural configuration inherited from the period between 1950 and 1980, trade liberalization and economic deregulation policies observed in Brazil throughout the 1990's, and the attraction of investments based on fiscal incentives policy are the basic issues that shaped the performance of the local economy in the recent period.

## Key words:

Economic Growth – Bahia; Tax Incentives – Bahia; Attraction of Investments – Bahia.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.P. de. Notas sobre o “enigma baiano”. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1977.

ALBUQUERQUE, R. C. de. O progresso social do nordeste: um balanço de quase meio século. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 469-490, out./dez. 1997.

ALMEIDA, R. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Economia e Finanças*, Salvador, ano 4, v. 4, p. 60-78, 1952.

\_\_\_\_\_. Industrialização da Bahia e sua repercussão no desenvolvimento industrial. *Aratu – Um pólo de desenvolvimento*, ano 3, n. 35, p. 2-11, jul. 1970.

\_\_\_\_\_. *Rômulo voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.

AMARAL FILHO, J. do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 27., 1999, Belém. *Anais...* Belém, 1999.

ARAÚJO, T. B. de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.

BAHIA. Governo do Estado. **Bahia de todos os tempos: plano plurianual 2000-2003**. Salvador, 1999.

BOISIER, S. **El lenguaje emergente en desarrollo territorial**: documento preparado para sustentar uma exposição aos funcionários da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Administrativo do Ministério do Interior do Chile. [S.l.], [19—].

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Maturidade tecnológica e intensidade em pesquisa e desenvolvimento**: o caso da indústria petroquímica no Brasil. Salvador: FIEB, 1998.

\_\_\_\_\_. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O

DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Nova Economia e Desenvolvimento Regional: Actas do IX Encontro Nacional da APDR**, v. 2. Coimbra: APDR, 2003. p. 1321-1340.

[MESA\\_4\\_ART\\_11.pdf](#)>. Acesso em: 9 dez. 2002.

CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **Reconstrução e integração dinâmica**. Salvador: CPE, 1985.

DIAS TAVARES, L. H. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: UFBA, 1966.

DINIZ, C. C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2001.

FIEB. **Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia**. Salvador, 1998.

GUERRA, O. F.; GONZALEZ, P. S. H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 37-76, jan./mar. 1996.

\_\_\_\_\_. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade?. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 308-321, jul./set. 2001.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LIMA, C. L.; NASCIMENTO, P. A. M. M.; CAVALCANTE, L. R. M. T. Notas preliminares sobre os níveis de concentração empresarial na Bahia. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 108, p. 36-42, maio 2003.

MAILLAT, D. Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy. **Entrepreneurship and Regional Development**, n. 7, 1995.

MARIANI, C. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55-121, out./dez. 1977.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MENEZES, V. B. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana**. Salvador, 2000. (Séries Estudos Estratégicos).

\_\_\_\_\_. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, ano 4, n. 4, p. 43-69, maio 2001.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: UFMG, 1960.

PEDREIRA, M. S.; FAGUNDES, M. E. M.; ANDRADE, M. A. S. Cadeias agroindustriais na Bahia: avaliação e perspectivas. In: AVENA, A. (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: Seplantec, 2002.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

PORTO, E. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: Seplantec, 2002.

SANTOS, R. S.; OLIVEIRA, J. C. de. Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do estado da Bahia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 52-74, abr./jun. 1988.



SIMÕES, J. Evolução recente da economia baiana. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 469-482, out./dez. 1978.

STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROSENFELD, S.A. États-Unis: les 'agglomérations d'entreprises. In: OCDE. **Réseaux d'entreprises et développement local**. [S.l.: s.n.], 1996.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. Os 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Estratégia para o desenvolvimento da indústria na região metropolitana de Salvador. In: AVENA, A. (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: Seplantec, 2002.

UDERMAN, S.; MENEZES, V. Crescimento e investimentos. **Bahia Indústria**, ano 4, n. 49, p. 13-15, jan. 1997a.

\_\_\_\_\_. A espacialização da indústria. **Bahia Indústria**, ano 4, n. 52, p. 13-15, abr. 1997b.

\_\_\_\_\_. O novo ciclo de industrialização na Bahia. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador, 1998a.

\_\_\_\_\_. Os novos rumos da indústria na Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, p. 715-737, jul. 1998b. Número especial.

UDERMAN, S. Alicerces do novo ciclo. **Bahia Indústria**, ano 4, n. 46, p. 16-17, out. 1996.

\_\_\_\_\_. Perspectivas industriais. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia.

**Tendências da economia baiana**. Salvador, 2000. (Série Estudos Estratégicos).

\_\_\_\_\_. Planejando o desenvolvimento industrial: considerações metodológicas sobre a formulação de políticas de intervenção na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: Seplantec, 2002.

Recebido para publicação em 09.JAN.2003.